

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v4n3p108-136>

## ADUA: UM NOME PRÓPRIO, PALIMPSÉSTICO E PIRILÂMPICO

### ADUA: A PROPER, PALIMPSESTIC AND FIREFLY-LIKE NAME

Flavia Natércia da Silva Medeiros\*

**Resumo:** No final do século XX, a instalação de dispositivos de inclusão social contribuiu para a instauração de uma crise da mediação e da representação política. Apesar de persistirem injustiças e desigualdades, sobretudo em países que se desenvolveram explorando pessoas escravizadas, há diversos sinais de mudanças positivas em curso. Na Itália, escritores como Igiaba Scego têm escrito em italiano sem esquecer as próprias origens, dando vida e voz a pessoas apagadas da história oficial do país e estimulando uma reconfiguração de sua identidade, construída como católica e branca. Dando continuidade a seu projeto político, Scego escreveu o romance *Adua*, contado em três tempos: os anos 1930, marcados pelo regime fascista de Benito Mussolini; os anos 1970, quando a indústria pornográfica italiana explorou corpos negros; os dias atuais, em que milhares de africanos morrem atravessando o mar Mediterrâneo. Remete, ainda, a 1896, quando ocorreu a Batalha de Adua, um potente símbolo da resistência contra o imperialismo. Adua é o nome que o pai escolhe para rebatizar a filha declarando guerra ao amor e à Itália. Por meio do funcionamento no texto desse nome próprio, palimpséstico e pirilâmpico, analisei a elaboração de traumas pela ficção de Scego. Assim, pude observar que o nome Adua, em regra, é interpelado em sermões paternos e atitudes “pedagógicas” paternalistas/imperialistas. Por outro lado, são muitos os italianos que desconhecem atualmente a batalha inscrita nesse nome, o que faz pensar nas especificidades dos nomes próprios que fazem diversos autores considerarem que se encontram fora das línguas e são intraduzíveis.

**Palavras-chave:** Nome próprio. Adua. *Adua*. Palimpsesto. Pirilampo.

**Abstract:** At the end of the 20<sup>th</sup> century, the installation of social inclusion devices contributed to the establishment of a crisis of mediation and political representation. Despite persistent injustices and inequalities, especially in countries whose development was based on the exploitation of enslaved people, a few signs of positive change going on can be seen. In Italy, writers like Igiaba Scego have written in Italian without forgetting their origins, giving voice to people erased from official history and stimulating a reconfiguration of Italian identity, built as white and catholic. The novel *Adua*, written by Scego, is told in three periods: the 1930s, marked by Benito Mussolini’s fascist regime; the 1970s, when Italian pornographic industry exploited black bodies and, finally, nowadays, when thousands of Africans have died crossing the Mediterranean Sea. It also refers to the Battle of Adwa, occurred in 1896, a powerful symbol of resistance against imperialism. The name Adua is the one given to the daughter by her father when she’s taken to live with him. Through the operation of this palimpsestic and fire-fly like name, I’ve analyzed the elaboration of traumas by

\* Pós-doutorado em Divulgação Científica e Percepção Pública da Ciência e da Tecnologia no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorado em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo. Mestrado em Ecologia na Unicamp. Graduação em Ciências Biológicas na Unicamp. Graduanda em Letras – Português/Italiano na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: fnatercia@yahoo.com

Scego's fiction. Thereby we can see that this name is mostly invocated to introduce paternal sermons and paternalistic/imperialist behaviors. On the other hand, many Italians today have not heard about the historical battle. These observations lead us to think about the specificities of proper names that make many authors to consider that they do not belong to the languages besides being untranslatable.

**Keywords:** Proper name. Adua. *Adua*. Palimpsest. Firefly.

Recebido em: 15/07/2020.

Aceito em: 27/11/2020.

Dizer *sim* na noite atravessada de lampejos e não se contentar em descrever o *não* da luz que nos ofusca (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 155).

A ferida não pode ter (não deveria ter) senão um nome próprio. Eu reconheço que amo – você– nisto: você deixa em mim uma ferida que não quero substituir (DERRIDA, 2004, p. 31).<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

No romance de Igiaba Scego, um nome próprio se mostra central à sua estrutura: Adua. O que os nomes próprios dizem? O que recalcam e o que elaboram? Que camadas palimpsésticas carregam consigo? Que resistências? Que efeitos podem exercer sobre aquela/es que tradicionalmente eram desprovida/os de voz, apagada/os das páginas da história, relegada/os às notas de rodapé dos livros ou criada/os pelos sonhos e ficções de nações ultramarinas? (DE MICHELE, 2006; SPIVAK, 2010; SAID, 2011).

Aquilo que João Camillo Penna faz notar quanto às novas manifestações artísticas provenientes do território da pobreza brasileira parece valer para pobres e marginalizados de outras partes do mundo, ao menos para aquelas que foram exploradas por nações ultramarinas, como o continente africano – visto que o imperialismo promoveu uma imbricação de culturas (SAID, 2011): a instalação de dispositivos de inclusão – que competem com a mediação, mesmo sendo indissociáveis desse mecanismo– contribuiu para a instauração de uma crise da mediação/representação política (PENNA, 2013, p. 275).

Apesar de persistirem injustiças e desigualdades, sobretudo nos países que se desenvolveram explorando o trabalho de pessoas escravizadas, como aconteceu com o Brasil e os Estados Unidos, podem-se observar diversos sinais de mudança positiva na sociedade no que diz respeito à visibilidade das comunidades negras. Dentre eles, a eleição do primeiro presidente negro nos Estados Unidos, a protagonista negra no desenho da Disney (“A princesa e o sapo”), o estrondoso sucesso da cantora Beyoncé, modelos estampadas em capas de revista que lhes eram até pouco tempo vedadas, o fenômeno deflagrado pelo filme “Pantera Negra”, a conquista de diversos prêmios artísticos, a multiplicação ou a ampliação da visibilidade de obras criadas por artistas negras/os.

---

<sup>1</sup> “La blessure ne peut avoir (ne devrait avoir) qu’un nom propre. Je reconnais que j’aime – toi– à cela: tu laisses en moi une blessure que je ne veux pas remplacer” (DERRIDA, 2004, p. 31).

Na Itália, a escritora Igiaba Scego, nascida e criada em Roma por pai e mãe somalis, ainda é classificada por parte da sociedade – instituições governamentais, críticos, jornalistas, pesquisadores– como “autora italiana migrante”. Este é um epíteto que exclui ao incluir, evidenciando uma discriminação que torna Scego e outra/os escritora/es exótica/os no que deveria também ser seu próprio país. De acordo com o princípio do *jus sanguinis* que rege a noção de plena cidadania na Itália, o que importa é o local de nascimento do pai ou da mãe. Somente ao atingir os 18 anos as pessoas podem tentar a naturalização; entretanto menos da metade das que tentam é bem sucedida (ROBERTSON, 2017).

Por isso, escrevendo em italiano sem esquecer suas origens africanas, Scego, que já recebeu, inclusive, prêmios como “autora italiana”, tem contribuído para reconfigurar a identidade do país. Esta se construiu como branca e católica em ampla medida por meio do apagamento ou do recalque de fatos históricos. Conforme o texto de Scego procura mostrar, diferentemente do que muitos pensam, a “aventura colonial” não foi posta em marcha pela primeira vez pelo governo fascista de Benito Mussolini nos anos 1930, e sim pelo governo liberal vigente na Itália do final do século XIX.

Mas, se até os anos 1970 foi possível aos italianos ignorar o pequeno contingente de negros habitando seu país, desde o final dos anos 1980 milhares de migrantes têm posto a Itália diante do retorno do recalcado. As travessias desesperadas do mar Mediterrâneo realizadas por habitantes de diversos países africanos remetem aos “horrores da noite colonial” que monumentos e celebrações procuram ocultar e livros falseiam, minimizam ou relegam a rodapés de páginas (DEL BOCA, 1998; DE MICHELE, 2006; LOMBARDI-DIOP, 2012). Por um lado, a chegada maciça de africanos provocou ataques de natureza racial na Itália, onde por outro passaram a se realizar estudos sobre o imperialismo e suas práticas raciais (LOMBARDI-DIOP, 2012).

Para justificar a empreitada imperialista, porém, na formação cívica italiana ainda se perfila uma série de heróis oportunos: viajantes, exploradores, missionários, empreendedores de uma “aventura” não raro trágica – primeiramente movidos por iniciativas individuais, mais tarde a serviço do Estado (DE MICHELE, 2006; PANDOLFO, 2013). Todos os italianos que passam pela escola conhecem os nomes de Giuseppe Sapeto, padre Stella, Guglielmo Massaia, Orazio Antinori, Gustavo

Bianchi, Antonio Cecchi, Pellegrino Matteucci, Daniele Comboni. Eles são celebrados como corajosos filhos da mãe-pátria, que dedicaram ou até sacrificaram as próprias vidas desbravando o continente negro, penetrando como “pioneiros” na “misteriosa África” (DE MICHELE, 2006; LEONI, TAPPI, 2010). Em contrapartida, são relativamente poucos os que conhecem o nome próprio Adua, que remete à batalha que se fez um emblema da resistência africana aos invasores europeus.

Essa diferença surte efeitos políticos e faz pensar no que constitui a especificidade desse nome e dos nomes próprios em geral e o potencial que têm para o recalque e a elaboração de traumas. Se uma vítima pode individualmente e inconscientemente recalcar um trauma, quando este tem caráter coletivo é preciso narrar e imaginar para elaborá-lo. “Qualquer maneira de imaginar é uma maneira de fazer política” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 8). Narrar imaginando consiste em existir/resistir, apesar da indizibilidade das experiências (FRISCH, 1946-1949, apud ZIMMERMANN, 1981), apesar da intransmissibilidade da dor – “violência insondável” que não nos deixa outra opção senão “devolvê-la ao silêncio” (DURAS, 1987).

Por isso, neste estudo, analiso a ficção *Adua*, de Scego, buscando observar como se elabora o trauma histórico da opressão e da violência colonial por meio do funcionamento do nome próprio Adua no romance homônimo. Em primeiro lugar, vou proceder a uma reflexão sobre as especificidades dos nomes próprios, sobre a estranheza associada com essa subclasse gramatical dos nomes ou substantivos. Em seguida, abordo o significado histórico do nome Adua e apresento brevemente o romance homônimo. Feita essa apresentação, procedo à análise dos modos como no romance esse nome é interpelado por outros personagens. E, por fim, o texto se conclui abordando os caracteres palimpséstico e pirilâmpico do nome próprio e do romance analisados.

## 2 A ESTRANHEZA DOS NOMES PRÓPRIOS

São diversos os pontos de vista por meio dos quais podemos sondar a especificidade e a estranheza dos nomes próprios. Essas características se manifestam, por exemplo, no caso vocativo. Nas línguas em que existe ainda esse caso ou persiste algum resquício dele, o nome próprio se coloca mais claramente fora ou em suspenso em relação à significação da sequência de sintagmas que dará

sentido ao que se diz ou escreve. Ele não entra na significação, não serve como argumento do verbo nem de nenhum outro elemento de uma sentença; funciona como um apelo, uma invocação, um endereçamento (SCHADEN, 2010). A função que desempenham é fática ou pragmática – ou também performática.

Podemos usá-los para chamar ou manter sobre nós a atenção de outra pessoa ou, ainda, para enfatizar o contato entre aquele que fala e aquele a quem a fala se dirige. Os vocativos poderiam ser encarados como frases nominais inteiras, que definem a quem se dirige o que é dito (SCHADEN, 2010). Nesse estado de suspensão, essa subclasse dos nomes lembra as interjeições, que compõem uma classe gramatical estranha, que parece ser sintaticamente independente dos outros itens de uma sentença, podendo, inclusive, aparecer sozinhas (BATISTA, 2013; TEIXEIRA, 2019). Também pode, segundo alguns pesquisadores, equivaler a orações inteiras.

Desta forma também os encara Tzvetan Todorov (2006), em *As estruturas narrativas*: nomes próprios valeriam por orações inteiras. Juntamente com pronomes e artigos, “servem antes de tudo à denominação, enquanto o substantivo comum, o verbo, o adjetivo e o advérbio são principalmente descritivos”. (TODOROV, 2006, p. 136). Cada forma participa dos processos de denominação e descrição – só que em graus distintos, ou seja, essas duas funções se distribuem de modo irregular entre as categorias gramaticais das línguas.

Ao dizer “o menino”, podemos usar essa palavra para descrever um objeto, enumerar suas características, como idade e tamanho. Ao mesmo tempo, essa palavra identifica uma unidade espaço-temporal e lhe atribui, com o apoio do artigo, um nome particular. Por isso, substantivos comuns seriam apenas formas quase acidentais de nomes próprios, o que explicaria para Todorov o fato de nomes comuns se transformarem em nomes próprios e vice-versa. As campinas podem se transformar em Campinas; alguém que se destaca em alguma atividade pode ser dito “um Pelé”. (TODOROV, 2006, p. 137).

Derrida (2002, p. 22), por sua vez, vai além da consideração da estranheza dessa subclasse gramatical quando afirma que “um nome próprio, no sentido próprio, não pertence propriamente à língua”. Caminhando no mesmo sentido, Campillo (1992, p. 27) os coloca fora do sistema linguístico:

Eles são, na verdade, aquilo que se oferece como o mais intraduzível, mas, igualmente, o que menos necessidade possui de tradução, como se seu significado fosse absolutamente universal, como se seu referente 'próprio' o ancorasse diretamente no mundo. (CAMPILLO, 1992, p. 27).

Talvez possamos ainda encarar o nome próprio como uma distância que se estabelece no/do discurso, a distância que se mede entre um texto e um olhar ou entre palavras proferidas e a compreensão daqueles que ouvem. E tal distância se estabelece mesmo quando os nomes parecem ter propriedades adjetivas ou quase, como Cristiano, Marciana ou Luciana. Esse espaço pode se abrir como um apelo à escuta. É algo que não se inscreve somente nos documentos oficiais, fundando, a princípio, nossa identidade e nossa imputabilidade segundo as leis vigentes, mas por outro lado fundam a intimidade. São os outros que nos chamam, em nossa presença ou ausência. Nossos nomes tanto podem ser interpelados, quanto invocados, evocados ou silenciados. E, visto que sobrevivem aos seres nomeados, portam em si mesmos algo de espectral.

Quando dizemos nosso nome, é sempre para alguém. É porque alguém pergunta, porque alguém quer ou precisa saber. É porque alguém nos atribuiu um nome. Nos nomes próprios ricocheteia a alteridade. Talvez em parte por isso seja precário o abrigo que um nome próprio é capaz de fornecer à singularidade dos sujeitos. Em parte também porque existem homônimos, tanto mais frequentes quanto mais comumente adotados forem os nomes próprios. Nos países ditos cristãos, por exemplo, continua sendo muito frequente a adoção de nomes "bíblicos"; há os nomes da moda, ditados por celebridades, novelas, filmes, romances; há os nomes "clássicos".

Também temos de considerar que nomes próprios são falseáveis, o que subverte ou fere o princípio da imputabilidade legal ou jurídica, por um lado, e por outro coloca em risco de privação de liberdade alguém que é inocente. De vez em quando, casos do tipo chegam aos noticiários. Ademais, existem os pseudônimos. E nem mesmo as impressões digitais são marcas de individualidade fora do alcance da manipulação e do uso por outras pessoas. As pessoas também mudam de nome. E ainda devemos considerar a situação daquela/es que rompem com a noção de um sujeito com uma única identidade e se permitem performar diversas. Assim, podemos dizer que um nome próprio é também a possibilidade de uma invenção, da criação de uma personagem, inclusive de caráter histórico. Em vez de nomear uma pessoa, associa-se assim com uma *persona*. De certa forma, todos nós vivemos esta situação:

estamos sempre na iminência de nos tornar personagens de nossas próprias existências em narrativas que contamos a nós mesmos ou aos outros e naquelas que se contam sobre nós. Não é à toa que falamos em “personagens”, e não em pessoas históricas.

Nesse sentido, é interessante notar que um caráter ficcional também se inscreve no conceito jurídico de pessoa. Essa noção não se refere ao que os seres humanos são “antes” ou “fora” da criação pela lei da *persona* que é a “pessoa portadora de direitos e deveres”. A passagem de ser humano a sujeito jurídico não é de modo algum assegurada de nascença. Quem entra num tribunal, nessa perspectiva, não é um “eu natural”, e sim alguém que representa – seja a si mesmo, seja um outro. Trata-se de uma personagem que a própria interpelação do sujeito pela lei “inventa”. O conceito não interpelaria os indivíduos em suas vidas privadas, mas incidiria sobre seus atos como cidadãos, como membros da *polis* (GAAKEER, 2016) – se é que se sustenta alguma distinção entre o privado e o público.

Podemos pensar ainda que, diferentemente dos nomes comuns, que podem se referir tanto a classes de objetos quanto a objetos específicos, tendo sua referencialidade construída com o apoio dos artigos, os nomes próprios não podem designar classes. Não faz sentido, por exemplo, falar em Flavias, Marias e Joões – seriam todos heterogêneos e artificiais; nomes próprios não tentam nem podem significar o mesmo e por isso “recusam” uma forma plural (AGAMBEN, 1993; CUNHA; CINTRA, 2001). São sons que não se articulam com sentidos predeterminados, anteriores a sua enunciação, mesmo que seja possível encontrar dicionários contendo seus significados.

Tampouco se pode transformá-los em nomes comuns, “traduzindo-os e usando-os como evidência sociológica; esse é o ‘passatempo mais perigoso’” (SPIVAK, 2010, p. 11). O sujeito subalterno é “irredutivelmente heterogêneo”, heterogeneidade que se observa no funcionamento dos nomes próprios – talvez escondida sob homonímias, homografias, homofonias. Não podemos nos esquecer de que “a história da lógica do capital é a história do Ocidente”, de que “o imperialismo estabelece a universalidade da narrativa do modo de produção” e de que “ignorar o subalterno hoje, quer queira, quer não” é o mesmo que dar continuidade ao projeto imperialista (SPIVAK, 2010, p. 97).

Nomes próprios, igualmente, distinguem-se dos comuns por não serem passíveis de tradução. Peter não é a tradução de Pierre, conforme afirma Derrida (2002), mas que relação se estabelece entre o substantivo pedra e o nome próprio Pedro, se a inscrição originária, aquela que fez um nascer do outro, encontra-se irremediavelmente perdida? É interessante, ainda, nesse sentido, refletir sobre a razão pela qual não se usa Pedra como nome próprio, e sim Petra ou Pietra. Esse exemplo simples também ilustra como, na tradução, a fidelidade na forma pode dificultar a reprodução do sentido de um texto. A tradução diz o original e diz do original, além e apesar do texto-fonte. Não pode ser lida como um jogo dos sete erros nem como obra que apenas faz as vezes do original (BERMAN, 1995 apud CARDOZO, 2009). “A verdadeira tradução é transparente, não encobre o original [...]” (BENJAMIN, 2011, p. 115).

“Subtraia-se da tradução o que se puder em termos de informação e tente-se traduzir isso; ainda assim, restará intocável no texto aquilo a que se dirigia o trabalho do verdadeiro tradutor” (BENJAMIN, 2011, p. 110). “Resta em todas as línguas e em suas composições, afora o elemento comunicável, um elemento que – dependendo do contexto em que se encontra – é simbolizante ou simbolizado (BENJAMIN, 2011, p. 116). Por isso, “[...] o que a tradução conserva é também aquilo que nela resta como uma falta [...]” (PROTÁSIO, 2014, p. 121). Conforme faz notar a escritora e tradutora canadense Nancy Huston (apud PROTÁSIO, 2014, p. 119), não temos os mesmos pensamentos, fantasmas e opiniões em uma língua e em outra. Se são raros ou inexistentes os sinônimos perfeitos ou absolutos dentro de uma única língua, certamente são raros ou inexistentes entre línguas distintas (BATISTA, 2013; BERTONHA, 2017; TEIXEIRA, 2019).

Temos ainda de considerar que, além daquilo que as palavras supostamente dizem, ou seja, seus significados dicionarizados, existe aquilo que não designam, aquilo que evocam, aquilo a que aludem, aquilo que somente tangenciam, associações que parecem construir-se tacitamente, silenciosamente e diferentemente de cultura em cultura, lugar em lugar. Uma escolha judiciosa de palavras na tradução coloca em jogo a fluida relação entre campos semânticos e associações de ideias, em pontos de contato ou de carícia infinitamente pequenos do sentido (DERRIDA, 2002, p. 48). Importa na tradução, assim, buscar uma abertura semelhante, o que significa lidar com as possibilidades e os limites da própria linguagem.

A finalidade da tradução consistiria na expressão do “mais íntimo relacionamento das línguas entre si” (BENJAMIN, 2011, p. 109), mas a tradução é sempre inadequada “para suprir aquilo que a multiplicidade nos interdiz” (DERRIDA, 2002, p. 11). Deus, o nome próprio edificado como absoluto, empurrou os homens a povoar e nomear “as novas extensões de terra pós-diluvianas”, fundando comunidades, cidades e nomes próprios (GOMES, 2013, p. 149), o que fez da tradução uma tarefa a um só tempo “necessária e impossível como o efeito de uma luta pela apropriação do nome, necessária e interdita no intervalo entre dois nomes absolutamente próprios” (DERRIDA, 2002, p. 19).

Que intervalo pode haver entre Adua e Adwa ou Adoua e Adowa, por exemplo? Parte da resposta se faz com a história da Etiópia e da tentativa italiana de transformá-la numa colônia.

## 2.1 O significado histórico do nome Adua

Foi pouco tempo após o traumático e sangrento processo de unificação do território italiano ter precariamente se concluído que a elite do país pôs em marcha o projeto de conquista do Nordeste da África. Em 17 de março de 1861, Vitério Emanuel II foi proclamado rei da Itália, sem que o gesto encerrasse o doloroso processo de unificação da península, que esbarrou muitas vezes na resistência das próprias populações locais, custou três guerras e durou pelo menos até 1882. Dentre os temas que suscitavam cizânia no reino recém-formado figurava a colonização de terras africanas. Mas a controvérsia não impediu os italianos, até então aliados do festim imperialista, de se lançar com avidez, escassos recursos e total despreparo à conquista de territórios nessa região (DEL BOCA, 1998; MILKIAS, 2005; PANDOLFO, 2013).

A baía de Assab, que se abre no sul do Mar Vermelho, em 1869, ano da abertura do Canal de Suez, tinha sido adquirida pelo missionário Giuseppe Sapeto, com o apoio do almirante Guglielmo Acton, em nome da Sociedade de Navegação Rubattino. Em 16 de fevereiro de 1882, passou a pertencer ao Estado italiano. Partindo de Assab, em 1885 foi ocupado o porto de Massawa, com o aval dos britânicos, que então ocupavam o Egito e viam nos italianos aliados fracos e

inofensivos, que ainda assim podiam ser úteis para os próprios interesses – contra os franceses, por exemplo (VESTAL, 2005; DE MICHELE, 2006; PANDOLFO, 2013).

Não tardaram a eclodir confrontos armados entre a pretendida colônia e a pretensa e pretensiosa metrópole. Em 26 de janeiro de 1887, em Dogali, na Etiópia, Ras Alula Endiga e o exército de dez mil homens que comandava derrotaram os italianos numa batalha que custou a vida da maioria dos 500 soldados e oficiais envolvidos. O incidente também mostrou que a invasão do norte da África era mais que uma “aventura”. Na Itália, a notícia dessa derrota inesperada chegou justamente quando se disseminava a ideia de que as expedições coloniais à África tinham caráter comercial e pacífico (DEL BOCA, 1998; VESTAL, 2005; DE MICHELE, 2006).

Uma onda de descontentamento então percorreu as ruas e as praças de diversas cidades, fazendo muitos italianos exigirem a retirada imediata das tropas. Na Câmara, o primeiro deputado socialista, Andrea Costa, declarou não estar disposto a dar mais “nenhum homem nem um tostão” para incursões na África (DE MICHELE, 2006). Mas o primeiro ministro, Francesco Crispi, um superpatriota liberal que sonhava com um grande império colonial, não havia digerido a derrota em Dogali. E a maioria do Parlamento votou a favor do aumento das intervenções militares na África (MILKIAS, 2005; VESTAL, 2005). Os sobreviventes da batalha, muitos deles feridos, ao retornar foram usados para apelar a um sentimento de amor à pátria e instilar o desejo de *vendetta* no povo. Os “corajosos” soldados atacados “de repente” em Dogali pelas “selvagens hordas” de Ras Alula ganharam feições míticas. Retórica e fantasia tomaram o lugar dos fatos contidos nos relatos (DE MICHELE, 2006).

Em 10 de março de 1889, na Batalha de Matama, na porção ocidental da fronteira etíope, morreu o imperador Yohannes IV lutando contra forças madistas. O rei de Shoa, Menelik, conseguiu se impor como sucessor do imperador e, pouco tempo depois da sucessão, no dia 2 de maio, assinou o Tratado de Wuchale ou Ucciali, que selava paz e amizade “perpétuas” entre a Itália e a Etiópia. Esse documento também reconhecia a legitimidade do governo de Menelik II, que havia contado com o auxílio da Itália para se tornar o homem mais poderoso da Etiópia, e concedia aos italianos algumas condições vantajosas, como a prioridade na condição de parceiro comercial e o reconhecimento do domínio italiano da região que os invasores batizaram como Eritreia (CALCHI NOVATI, 2004; MILKIAS, 2005; VESTAL, 2005).

Uma convenção ratificando o tratado foi assinada, ainda em dezembro de 1889, numa missão diplomática de *Ras Makonnen* na Itália (MILKIAS, 2005). Foi nesse ano também que a Somália passou a ser um protetorado no qual os italianos construíram diversos postos avançados de comércio. Essa condição durou até 1908, quando o país foi ocupado como colônia italiana, situação que se estendeu até 1941. Além dos italianos, franceses e ingleses ocuparam territórios somalis, criando respectivamente a *Côte française des somalis* e *Somaliland* (PANDOLFO, 2013).

Quando escreveu às potências europeias anunciando sua coroação, solicitando o reconhecimento dela e pedindo a suspensão de um embargo às remessas de armas para a Etiópia, Menelik II foi informado de que sua comunicação com outros países requeria a intermediação de seus protetores, os italianos. E então ficou evidente que a versão do tratado de paz e amizade escrita em amárico diferia da escrita em italiano. Na versão etíope, não se reconhecia a vigência de nenhum protetorado, e sim a possibilidade de recorrer aos italianos caso fosse necessário. Menelik havia caído no conto do conde Pietro Antonelli, segundo o qual o documento escrito em amárico tinha sido fielmente traduzido para o italiano. E as relações entre etíopes e italianos rapidamente deterioraram (MILKIAS, 2005; ZEWDE, 2016).

Furioso, em 26 de setembro de 1890, o imperador escreveu ao rei Umberto denunciando o artigo XVII do tratado (MILKIAS, 2005). Mas a Itália continuou agindo como se o império etíope fosse seu protetorado: entre os anos de 1891 e 1894, ignorando os atores políticos, os cidadãos e a soberania locais, a Itália firmou com os britânicos três protocolos fixando as fronteiras da Etiópia com as colônias inglesas do nordeste da África e do Vale do Rio Nilo (UHLIG, 2011). Nesse ínterim, o imperador etíope foi adquirindo de franceses e russos canhões e fuzis. E, em 1893, Menelik denunciou o Tratado de Wuchale às potências europeias e depois o declarou unilateralmente anulado.

Enquanto isso, a Itália continuou invadindo cidades etíopes, ampliando o território sob seu controle. A essa altura, o imperador já contava com um arsenal de milhares de fuzis e dezenas de canhões, preparando-se para a guerra, que eclodiu no fim de 1894. O auge do confronto se deu em 1º de março de 1896, em Adua. Esperando vencer rapidamente, os italianos foram clamorosamente derrotados. Afinal, em primeiro lugar, não tinham condições de envolver-se em nenhum confronto (DEL BOCA, 1998; MILKIAS, 2005; MILKIAS; METAFERIA, 2005; VESTAL, 2005).

Isso porque foi um país ainda agitado e ferido pelo próprio processo de unificação que se lançara à conquista de um país soberano, igualmente recém-unificado e em expansão. A derrota italiana decorreu de uma série de erros graves, dentre os quais: uma preparação apressada; a pressão do Presidente do Conselho de Ministros, Francesco Crispi, por uma vitória rápida; um péssimo conhecimento do território inimigo; um setor de inteligência pouco eficaz e a convicção racista de enfrentar um inimigo inferior, apesar de numericamente muito mais expressivo (DEL BOCA, 1998; VESTAL, 2005).

Multidões na Itália reagiram gritando, praguejando, gemendo, apedrejando o escritório de Crispi; muitas pessoas foram ouvidas pelas ruas gritando “Vida longa a Menelik!”. Com isso, só aumentou a vergonha e a humilhação dos promotores do conflito. Em 26 de outubro de 1896, foi assinado o Tratado de Adis Abeba, tornando nulo o anterior e reconhecendo a independência do Estado etíope (MILKIAS, 2005; VESTAL, 2005). Àquela altura da história os europeus tinham se apropriado de quase todo o continente africano, com exceção da Libéria e da Etiópia (AKPAN, 1985). Ali, desde os anos 1860 até o regime fascista, passando por quatro imperadores, os invasores esbarraram em um império predominantemente cristão assentado sobre uma cultura e uma tradição milenares, em pleno processo de expansão, consolidação e modernização.

Menelik II faleceu em 1913 e somente em 1916 foi sucedido pela imperatriz Zauditu, que governou até 1930, quando morreu e Hailé Selassié se tornou o novo imperador, que deu continuidade à modernização do país iniciada por seu predecessor (ADEJUMBI, 2007). Selassié, em 1923, conseguiu fazer da Etiópia um membro da Liga das Nações. Um sistema parlamentar de duas câmaras foi criado. Também se extinguiu o comércio de escravos no país (MEHRETU; MARCUS; CRUMMEY, c2020). No entanto, na propaganda fascista, a conquista da África foi mais uma vez vendida como oportunidade de levar uma antiga cultura mediterrânea a um continente supostamente desprovido de uma.

A colonização foi, ainda, encarada como forma de combater a erosão das fronteiras nacionais e raciais (ROBERTSON, 2017) e restaurar a glória do Império Romano (DE MICHELE, 2006). E era preciso vingar a vergonhosa derrota em Adua. O ataque fascista à Etiópia se consumou em outubro de 1935, mobilizando 500 mil homens e uma grande quantidade de armas modernas. Sem fazer declaração de

guerra, os italianos mais uma vez apostaram em uma vitória rápida que não se cumpriu. Para apressar o avanço de suas tropas, recorreram a gases venenosos, usados não somente contra os soldados, como também contra a população civil – um grave desrespeito ao Protocolo de Genebra, que em 1925 havia banido esse tipo de armamento devido aos horrores consumados na Primeira Guerra Mundial (DEL BOCA, 2007). Pela primeira vez na história, um membro da Liga das Nações atacava outro, fato que colocou uma questão de grande relevância para o direito internacional (ROCHAT, 1974).

Estima-se que, de 1935 a 1941, algo entre 300 e 400 mil vidas etíopes tenham sido sacrificadas na defesa da pátria (DEL BOCA, 1998). Mas o controle italiano nunca bastou para transformar a Etiópia efetivamente em colônia. Em 1936, o imperador etíope fugiu para Londres, onde permaneceu exilado até a entrada da Itália na Segunda Guerra Mundial (ROCHAT, 1974). Hailé Selassié conseguiu retomar o poder em maio de 1941, quando os britânicos ajudaram a expulsar os italianos, cujas pretensões imperialistas se viram definitivamente enterradas com a assinatura do Tratado de Paz de Paris em 1947 (ROBERTSON, 2017).<sup>2</sup>

Dessa história que é muito complexa e imbrica diversos povos, nações e culturas – e que aqui abordo de forma extremamente resumida–, a Batalha de Adua sobressai como um evento extraordinário. Para o espírito nacionalista italiano, esse nome próprio provoca vergonha ou despeito. Pela mesma razão, o título do romance de Igiaba Scego, nome que também designa a personagem que narra a própria história no livro, entre os africana/os e a/os negra/os em diáspora pode ativar o orgulho da resistência. *Adua* e *Adua* agem contra o recalque do trauma imperialista ao contribuir para sua elaboração.

---

<sup>2</sup> A renúncia às colônias na África foi considerada injusta e inaceitável por quase toda a classe política na metrópole “dstituída”. A Líbia, invadida pela primeira vez em 1911, livrou-se em 1943 do jugo colonialista italiano. No caso da Somália, porém, de 1950 a 1960 a Itália foi incumbida pela Organização das Nações Unidas de conduzir a ex-colônia, que passava a ser uma república constituída pelo que tinha sido a *Somaliland* e a Somália italiana, ao autogoverno. Depois, os italianos tornaram-se seu principal parceiro comercial e também o país mais engajado na construção da infraestrutura somali. Já a Somália francesa se transformou no Djibuti. A Eritreia, por seu turno, viria a travar diversas batalhas contra a dominação etíope para conquistar sua soberania, um problema criado pelos invasores italianos (DEL BOCA, 1998; CALCHI NOVATI, 2004; PANDOLFO, 2013).

## 2.2 Romance polifônico em três ou quatro tempos

Ex-atriz pornô, Adua já madura vive na Roma atual. Vê partir Ahmed, o jovem resgatado do Mediterrâneo que tinha se casado com ela, mas decide tentar a sorte em algum país que ofereça tratamento melhor do que a Itália proporciona a imigrantes africanos. Lul, sua amiga, também acaba de retornar à Somália, em paz depois de uma longa e violenta guerra civil. Como sua família vive em seu país natal, Adua se encontra sozinha e passa a “conversar” com a estátua de elefante existente na Praça de Minerva.

O romance conta a história de Adua e, principalmente, a de seu pai, Zoppe, em vários tempos. Dentre eles os anos 1930, quando os fascistas governavam a Itália e decidiram conquistar a Etiópia. Também comparecem a década de 1960, na qual se passa a infância de Adua, e a década de 1970, na qual a indústria pornográfica italiana explorou corpos negros em filmes nos quais procuravam restituir as mulheres a papéis que as italianas emancipadas já não queriam desempenhar. Então o mito colonial da Vênus negra foi exumado e consumido. Nessa época, muitos homens se disseram “traídos” ou “abandonados” pelas atitudes feministas das mulheres. E, ao menos nas telas de cinema, podiam encontrar de novo mulheres totalmente a seu serviço (CAPONETTO, 2012). Por fim, o livro aborda os dias atuais, nos quais, nas palavras da própria Scego, o mar Mediterrâneo se transformou em uma verdadeira tumba a céu aberto. E o texto remete, ainda, a um quarto tempo: o ano de 1896, marcado pela vitória etíope.

Apesar de não ser *naif* nem conciliador, nas primeiras cinquenta páginas o romance cai em alguns momentos em armadilhas exotizantes. Sonhando tornar-se estrela de cinema como Marilyn Monroe, Adua deixou o pai e a irmã na Somália, partindo com italianos que realizaram o único filme estrelado por ela, *Fêmea somali*, um sucesso de bilheteria na Itália em 1977. Todavia seu pai, *Hagi* Mohamed Ali, vulgo Zoppe, pode ser considerado a figura central do romance. Por intermédio da narrativa que protagoniza, recuperamos o rastro das violências imperialista e fascista. Adivinho como havia sido o próprio pai, Zoppe era conhecedor das línguas faladas na África Oriental e aprendera italiano com jesuítas, por isso atuou como intérprete e tradutor para os italianos na preparação para a guerra contra a Etiópia movida por Mussolini.

Devido ao desempenho dessa função, ele tinha passado uma temporada na cidade eterna. “Quando lhe comunicaram que passaria um mês na Itália, na cidade eterna, Zoppe pensou num milagre. Um preto em Roma? Justo ele? Roma era o seu sonho, conhecia-a mesmo antes de conhecê-la”. (SCEGO, 2018, p. 17). Contrariando qualquer expectativa positiva, porém, Roma recebeu Zoppe à base de socos, pontapés, xingamentos e humilhações. Ele logo buscaria ser confundido com uma ilusão de ótica, locomovendo-se sempre rapidamente pela urbe. Zoppe também busca alento nas visões e nos sonhos que os transportavam para outros espaços e tempos, rostos conhecidos, familiares como o pai e a irmã. “Antes daqueles socos e insultos, por um segundo sentiu-se feliz com todo aquele mundo diversificado que o louvava, toda aquela gente que o lisonjeava. E depois havia Roma a subjugar-lo”. (SCEGO, 2018, p. 17). Só não tinha morrido porque era muito útil e porque tinha ligação com padres jesuítas. Depois de lhe dar uma surra que o deixou todo quebrado, um guarda italiano reduz Zoppe à condição de ferramenta:

“Já chega, né?”, Beppe disse a certo ponto.

“É, senão o matamos. Disseram para nos divertirmos um pouco. Não para matá-lo. Afinal de contas, ele é um desses que trabalha para nós, e não é que temos muitos desses intérpretes, meu chefe sempre diz que estes aqui devem ser tratados com todo cuidado, a guerra contra o sujo abissínio está próxima, eles vão servir para algo...”. (SCEGO, 2018, p. 17).

Como são múltiplos os tempos em que se contam as narrativas de Adua e Zoppe, são múltiplas as violências que atravessam todo o texto e fazem do livro uma escrita contra, sobretudo, o apagamento do passado imperialista. Todo o passado que perpassa o texto se relaciona não somente com o presente, mas também com o futuro da Itália, com as contradições que a constituem e os conflitos que não cessam de atualizar-se. Não vamos encontrar no livro de Scego nada que se assemelhe a uma nostalgia dos tempos coloniais que pode ser observada em autores italianos brancos (LOMBARDI-DIOP, ROMEO, 2014).

A partir dos anos 1980, diversas ondas de imigração levaram milhares de africanos à Itália, onde o final da década foi marcado pela eclosão de ataques de natureza racial. Dentre aqueles que conseguem sobreviver à travessia do Mediterrâneo, os que permanecem sofrem com o racismo e a xenofobia de parte dos italianos e de suas instituições; os que conseguem partem rumo a outros países da Europa, à procura de melhores condições de vida. De acordo com os Médicos sem Fronteiras (2018), as políticas italianas de acolhimento aos migrantes se mostram em

diversas ocasiões inadequadas ou insuficientes, atirando milhares de pessoas em condições degradantes, sem cuidados médicos, sem água, sem abrigo.

A (re)criação de um personagem como Zoppe se faz necessária e legítima. Posto que o racismo não tem uma localização fixa na história, a reencenação do passado colonial traz à tona uma realidade traumática que tem sido negligenciada – políticas sádicas de conquista e dominação, regimes brutais de silenciamento e tortura (KILOMBA, 2019). Escrever é um ato político por meio do qual escritora/es negra/os podem passar de objetos a sujeitos; é um ato de descolonização. Kilomba (2019, p. 27) cita bell hooks: “A ideia de que se *tem* de escrever, quase como uma obrigação moral, incorpora a crença de que a história pode ‘ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária’” (HOOKS, 1990, p. 152 apud KILOMBA, 2019, p. 27).

É preciso escrever, porque “quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se escritora/escritor ‘validada/o’ e ‘legitimada/o’ e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada”. (KILOMBA, 2019, p. 28). Precisamos passar de objetos – de estudos, sonhos, alucinações, ficções ou da ganância, do desejo, da curiosidade – a sujeitos. Negar voz aos subalternos redundaria em dar continuidade ao projeto imperialista (SPIVAK, 2010). Kilomba (2019, p. 28-29), mais uma vez, retoma as palavras de hooks: “Não se pode simplesmente se opor ao racismo, já que no espaço vazio, após alguém ter se oposto e resistido, ‘ainda há a necessidade de tornar-se – de fazer-se (de) novo (HOOKS, 1990, p. 15 apud KILOMBA, 2019, p. 28-29)’”.

### 3 DIFERENÇA E REPETIÇÃO DE UM NOME PRÓPRIO

O nome próprio Adua aparece primeiro na forma de elementos paratextuais (GENETTE, 1981)<sup>3</sup>, como título do romance e título do primeiro capítulo. E o texto se inaugura com uma declaração de filiação: “Sou Adua, filha do Zoppe”, com a qual a narradora se atrela ao pai, como se apenas dele houvesse nascido, tal qual Palas Atena de Zeus. Com essa escolha, parece ainda antecipar-se a relevância dessa

---

<sup>3</sup> No livro *Palimpsestes*, Gérard Genette (1981) propõe considerar como paratexto “aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores”. Nessa categoria ele inclui o nome do autor, o título, o subtítulo, o prefácio, o posfácio, ilustrações, notas, intertítulos, dentre outros elementos de caráter vestibular ou limiar, porque oferecem a cada leitor a possibilidade de entrar no texto.

relação para o desenvolvimento do texto. A madura Adua não se identifica mais com o nome árabe que tinha antes de viver com seu pai, mas quando criança ela havia aborrecido tremendamente Zoppe ao dizê-lo à professora na escola (SCEGO, 2018, p. 45): “Quantas vezes eu já disse a você que se chama Adua? Habiba é o nome que você tinha como nômade, o que a destrambelhada romântica da sua mãe deu quando ficou grávida de você”.

O sermão segue afirmando que *Habiba* significa amor, um nome “inútil”, pois: “O amor não existe” (SCEGO, 2018, p. 45). Segundo Zoppe: “Muito melhor Adua. Você deveria me agradecer, dei-lhe o nome da primeira vitória africana contra o imperialismo” (SCEGO, 2018, p. 45). Ao rebatizar a filha quando a busca, juntamente com a irmã, Malika, para viver consigo, o pai troca o amor pela guerra. Também declara guerra ao amor que ainda sente pela mãe de Adua e busca inutilmente esquecê-la – afinal, Asha, a Temerária, vive, segundo o próprio Zoppe afirma, na rebeldia da filha.

Parodiando a famosa afirmação de Carl Clausewitz, podemos dizer que para Zoppe o amor seria a guerra continuada por outros meios. Seu gesto simboliza amor pela filha, pois o nome próprio, no amor, “funciona como um modo de retirar aquilo que se ama do mundo de todos” e tem de ser nomeado, sem substituição possível por um pronome (DI LEONE, 2016, p. 38). E, ao mesmo tempo, o conflito entre o pai e a filha, que o fim da convivência selado pela fuga dela não encerra. Com o nome dado à filha Zoppe declara guerra, ainda, ao país que tanto amava antes de conhecer pessoalmente, a Itália, que com o racismo, como fizeram os nazistas em relação aos que não seriam arianos, estabeleceu “no *continuum* biológico da espécie humana uma série de cortes, reintroduzindo [...] no sistema do ‘fazer viver’ o princípio da guerra” (AGAMBEN, 2008, p. 89). Nas palavras de Michel Foucault (1999):

No *continuum* biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. Em resumo, de estabelecer uma cesura que será do tipo biológico no interior de um domínio considerado como sendo precisamente um domínio biológico. (FOUCAULT, 1999).

Rebatizada pelo pai muçulmano, Adua se vê inserida de forma ambivalente na cultura ocidental. Ao dobrar-lhe os joelhos, Zoppe declara guerra, num gesto de submissão insubmisso. Mas, na maioria das vezes em que é interpelado na trama, o

nome Adua aparece subjugado ou submetido por relações em que o poder se traveste de pedagogia. Isso vale tanto para os sermões do pai quanto para as lições do casal italiano que introduz a moça na indústria pornô. “É assim que cumprimenta os parentes, Adua?”. (SCEGO, 2018, p. 29). Ou ainda: “Adua, peça desculpas imediatamente à sua irmã Malika”. (SCEGO, 2018, p. 59). “‘Estamos lhe ensinando, Adua’, disse-me a certa altura Sissi, quando a prostração e o álcool me levavam a desmaiar”. (SCEGO, 2018, p. 116).

Zoppe, paternalista, nada paternal, dirige à filha palavras aniquiladoras, remetendo novamente a Zeus e Atena: “Não suporto que me olhe assim, Adua, com desaprovação. Sou eu o pai. Você é somente a filha. Eu posso olhá-la assim, mas não o contrário. Você não é ninguém. Sem mim sequer teria nascido” (SCEGO, 2018, p. 101). Podemos observar como a violência e a repressão de Zoppe voltam para ser elaboradas pela filha. Repressão que é “como uma sentença que desaparece”, mas também “como uma determinação ao silêncio, uma afirmação da inexistência” (FOUCAULT, 1999, p. 9).

O paternalismo não paternal igualmente se manifesta, com palavras duras, quando Zoppe tenta convencer Adua não chorar depois da infibulação, seguindo o exemplo da irmã. “Está chorando, Adua? Me desonras assim? As boas garotas nunca choram. Viu sua irmã, Malika? Não derramou sequer uma lágrima, e você, o que está fazendo agora? Me inunda?”. (SCEGO, 2018, p. 87). Mais uma vez, o pai contrariou a mãe, que se opunha ao procedimento e dizia: “Ninguém vai tocar na minha filha, ninguém vai fará nela a infibulação”. (SCEGO, 2018, p. 87). E assim Zoppe pensa ter “salvo” a filha.

Na infibulação, as operações de excisão do clitóris e costura dos lábios vaginais se contrapõem e complementam. Submetida a filha à prática, o pai pensa ter-lhe amarrado o sentido do corpo e da vida. “A vontade de purificar, de preservar a castidade, a dignidade da mulher controlando sua sexualidade é uma verdadeira forma de violência contra a liberdade, o corpo e a psicologia da mulher”. (MBOW, 1999 apud BONI, 2009, p. 15). Muitas meninas morrem devido às cirurgias, não raro realizadas em condições muito precárias, e as sobreviventes portam a marca de submissão/assujeitamento inscrita na carne, na parte mais íntima de seus corpos, mantendo presentes os traumas psíquicos – as cicatrizes permanecem como vestígios da dor.

Apesar do medo que a figura paterna lhe inspira, Adua se mostra incapaz de cortar o “cordão umbilical”: “A palavra ‘pai’ me aterroriza. Mas é a única que ainda sabe me fazer respirar”. (SCEGO, 2018, p. 28). O pai constitui seu elo com a Somália do passado. Seus sermões recontam parte da infância da filha, que, embora chegue a considerar o retorno ao país de origem, onde o pai tinha comprado uma casa, parece não se identificar com a estranha Somália da paz da qual recebe um relato telegráfico da amiga Lul. Depois de vinte anos sob a sangrenta ditadura de Siad Barre, chegava ao país a violência da ordem neoliberal, com seu processo de transformação de trabalhadores em pessoas jurídicas, ou seja, empresários ou capitalistas de si mesmos, obrigados a investir o máximo possível no próprio “capital humano” (FOUCAULT, 2004).

### 3.1 Um nome palimpséstico

A ideia de Adua constituir um nome palimpséstico veio da leitura de Genette<sup>4</sup>, que faz pensar no gesto que consiste em reescrever sobre outros o próprio nome, e também de Derrida, que em Torres de Babel afirma que (DERRIDA, 2002, p. 22):

[...] aquele que fala a língua da Gênese podia estar atento ao efeito do nome próprio apagando o equivalente conceptual (como pedra em Pedro, e são dois valores ou duas funções absolutamente heterogêneas). (DERRIDA, 2002, p. 22).

E, se a palavra *pierre* claramente pertence à língua francesa “e sua tradução numa língua estrangeira deve em princípio transportar seu sentido”, o mesmo não acontece com Pierre, ainda que a homofonia e a homografia possam nos induzir a buscar pedra em Pedro. O mesmo fenômeno se manifesta em diversos nomes próprios existentes em inglês, por exemplo, idênticos a nomes comuns que designam emoções ou sentimentos, como *Hope*, flores (por exemplo, *Daisy*), ou pedras preciosas – dentre outros, *Jewel* (VAXELAIRE, 2007). Em português também temos nomes como Gema, Rosa, Margarida, Esperança.

E Derrida (2002, p. 22) prossegue: “Ficar-se-ia tentado a dizer primeiramente que um nome próprio, no sentido próprio, não pertence propriamente à língua”. Mas

---

<sup>4</sup> “Um palimpsesto é um pergaminho cuja primeira inscrição foi raspada para se traçar outra, que não a esconde de fato, de modo que se pode lê-la por transparência, o antigo sob o novo, conforme acontece, por exemplo, na escrita paródica”. (GENETTE, 2010, p. 5).

“que seria uma língua sem a possibilidade de apelar ao nome próprio?”. Este se inscreve na língua “deixando-se nela traduzir, isto é, interpretar no seu equivalente semântico: desde esse momento ele não pode mais ser recebido como um nome próprio” (DERRIDA, 2002, p. 22). Significante sem significado. Não há conceito que o atrele de fato a um conteúdo passível de transposição. Por isso há profissionais que não traduzem nomes próprios.

Como Peter não é uma tradução de Pierre e Londres não é uma tradução de *London* (DERRIDA, 2002), podemos pensar o que significam, por exemplo, *Adowa* (enfeite, em amárico), *Adoua* (versão francesa do termo), *Adwa*, Adua. Indo além da transposição de uma língua a outra, a significação se diferencia porque se desenvolve em contextos muito diversos. Como afirma Grada Kilomba (2019, p. 14, grifo da autora):

[...] a língua, por mais poética que possa ser, tem também a dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*. (KILOMBA, 2019, p. 14, grifo da autora).

Em cada lugar o nome próprio vai significar e também politizar de uma forma distinta. *Adwa*, por exemplo, insere-se na cultura e na língua do Reino Unido e de antigos membros do Império britânico. Coloca-se em relação com a perspectiva de uma ex-metrópole que chegou a dominar grande parte do mundo e da metrópole que hoje domina (os Estados Unidos), mas também com países como a Jamaica, uma ex-colônia, e a Austrália, que nasceu como uma colônia penal. Adua, por sua vez, ressoa tanto numa ex-metrópole pioneira (Portugal) quanto em suas ex-colônias – Moçambique, Angola, Brasil –, onde faz ressoar ou ecoar a resistência.

Esse nome próprio se lança, por sua vez, aos falantes de italiano como uma acusação ou uma ofensa ou ainda uma lembrança de um indesejável fracasso. Faz retornar o imperialismo recalcado, que pode então ser elaborado. Afinal, vivemos em um mundo no qual certos conflitos persistentes se relacionam com o fato de que a Europa já se intitulou proprietária de 85% das terras do planeta, situação vigente em 1914, ano em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial (SAID, 2011). O breve século XX foi em ampla medida forjado pelo longo século XIX, agitado por conquistas, confrontos e revoluções (HOBSBAWM, 1994).

Na Itália, os conflitos atuais com a imigração se relacionam com a “aventura colonial”, embora provavelmente não sejam muito numerosos os italianos capazes de reconhecer a responsabilidade do próprio país sobre a situação de países africanos que foram explorados e colonizados. Em entrevistas ou artigos escritos para a mídia, como “A verdadeira história da *Faccetta nera*”, Scego deixa claro como a sociedade italiana segue sendo profundamente racista. Esse dado não provoca surpresa, pois, conforme faz notar Kilomba (2019, p. 12-13):

[...] uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento. Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as *muitas* identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem?”. (KILOMBA, 2019, p. 12-13).

No documentário “Adua 1896: il primo colonialismo italiano”, o historiador Domenico Quirico afirma que na escola italiana se estuda pouco o assunto. Em entrevistas feitas com pessoas comuns nas ruas, podemos observar como, para parte dos italianos, Adua não passa de um nome qualquer, semelhante a Marzia, Lucia, Simona, “o nome de uma amiga minha”, “o nome da mulher de Luciano Pavarotti”. Tudo se passa como se a inscrição “originária”, sobre a qual se fizeram tantas outras, houvesse se apagado. Ainda assim, Adua, além do que representa por si, pode levar a outros nomes próprios associados com a resistência à dominação estrangeira e ao colonialismo, como os de Menelik II, Imperatriz Taytu e Hailé Selassié, ainda que o legado dos imperadores etíopes seja controverso ou ambivalente, sobretudo entre populações que foram subjugadas por eles. O gesto palimpséstico pode produzir frestas por onde introduzir ou fios a partir dos quais tecer outras narrativas.

### 3.2 Um nome pirilâmpico

Por motivos similares, o nome Adua também cintila com a intermitência e a intensidade de uma luz pirilâmpica. Por meio da personagem Adua, Scego dá voz a uma mulher, como tantas outras, esmagada tanto pela tradição/amor quanto pela modernização/guerra. Segundo Spivak (2010, p. 119):

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada do Terceiro Mundo, encurralada entre a tradição e a modernização. (SPIVAK, 2010, p. 119).

Para Freud, o que deve se revelar no fim da análise é a castração, a lógica fálica que se impõe e passa a reger a significação (MILLER, 2010). Aproximando o ato de escrever literatura da escritura psíquica, o que se revela no fim do romance *Adua*, que elabora ao menos dois traumas, um paternalista, outro imperialista, é uma dupla castração – pelo pai e pela pátria. Esse tipo de castração, por meio do monopólio da narração e/ou do poder de impedir que se formassem e surgissem contranarrativas, teve sem dúvida uma grande importância para a manutenção das duas instituições. Parte do silêncio italiano quanto às ocupações coloniais se deve à censura e à imposição de obstáculos à pesquisa dos arquivos relativos à *Africa Orientale Italiana* ou AOI, condições que só têm se alterado nas últimas décadas (VOLPATO, 2009).

Da mesma forma como o romance se fez componente fundamental na expansão dos domínios ultramarinos europeus, pode se prestar ao desenvolvimento e à disseminação de perspectivas não hegemônicas, expressões de contrapoder, textos que dão voz a subalterna/os e promovem resistência (SAID, 2011, p. 13):

O poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para a cultura e o imperialismo, e constitui uma das principais conexões entre ambos. Mais importante, as grandiosas narrativas de emancipação e esclarecimento mobilizaram povos do mundo colonial para que se erguessem e acabassem com a sujeição imperial; nesse processo, muitos europeus e americanos também foram instigados por essas histórias e seus respectivos protagonistas, e também eles lutaram por novas narrativas de igualdade e solidariedade humana. (SAID, 2011, p. 13).

Em romances como *Adua*, vamos ao encontro de (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 72):

Linguagens do povo, gestos, rostos: tudo isso que a *história* não consegue exprimir nos simples termos da evolução ou da obsolescência. Tudo isso que, por contraste, desenha zonas ou redes de *sobrevivências* no lugar mesmo onde se declaram sua extraterritorialidade, sua marginalização, sua resistência, sua vocação para a revolta. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 72).

A imaginação é política. Com ela, outrora e agora podem se encontrar e fazer “se liberarem constelações ricas de Futuro”. A colisão entre o “passado reminiscente” e o “presente ativo” é decisiva para a produção de lampejos. Nos lampejos, esperança

e memória se enviam mutuamente sinais. “Lampejo para fazer livremente *aparecerem palavras* quando as palavras parecem prisioneiras de uma situação sem saída” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 130, grifo do autor).

Mesmo na noite mais escura se pode dançar (DIDI-HUBERMAN, 2011), mesmo no *Lager* a poesia vem resgatar num lampejo a humanidade de um prisioneiro (LEVI, 1989), mesmo no chão cozido pela radioatividade em Hiroshima não tardaram a nascer flores (DURAS, 1960). Por outro lado, o que aconteceu em Auschwitz e em Hiroshima não se pode esquecer nem negar. Da mesma forma, a nação italiana não pode esquecer e deve confrontar os horrores da “noite colonial”, feita de deportações, sequestros, fictícios matrimônios, estupros, sessões de tortura, gases venenosos, campos de concentração, incêndios que consumiram cidades inteiras, extermínios de populações inteiras (DEL BOCA, 1998; VOLPATO, 2009).

Nas margens do “reino”, “caminham inúmeros povos sobre os quais sabemos muito pouco”, “para os quais uma contrainformação parece sempre mais necessária”. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 155). Povos que apesar de tudo sobrevivem. As sobrevivências “ensinam que a destruição nunca é absoluta”, “nos dispensam da crença em uma salvação final” que seria necessária para nossa liberdade (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 84). Os vaga-lumes emitem uma luz passageira, pulsante, frágil. Uma luz menor, associada com um forte coeficiente de desterritorialização; tudo adquire um valor coletivo, tudo é político (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 52). Uma luz capaz de atravessar a noite colonial e de brilhar sem ser ofuscada pelos projetores do poder pós-colonial. Talvez se oferecendo como uma espécie de antídoto contra a picada da cobra branca<sup>5</sup>.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a construir uma reflexão sobre os nomes próprios em geral e uma análise do funcionamento de um nome próprio particular, Adua, no romance homônimo da escritora italiana Igiaba Scego. Considerando os elementos teóricos e empíricos reunidos, comparados ou contrapostos em seu âmbito, posso

---

<sup>5</sup> O refrão da canção dos heróis de Adua diz: “Se você for picado por uma cobra preta, pode ser curado por um antídoto/Mas fique atento, pelo bem de sua vida, para que cobras brancas não ataquem você” – tradução minha para os versos encontrados em Milkias (2005): “If you are bitten by a black snake, you can be cured by an antidote/But be vigilant, for life’s sake, that white snakes will strike you not!”.

considerar alcançados os objetivos postos. Isso significa também que as perguntas levantadas foram respondidas, embora outras respostas sejam possíveis. A partir deste artigo, o tema será retomado pela autora numa monografia em desenvolvimento, na qual deverão ser incorporadas outras perspectivas de abordagem.

Em primeiro lugar, vimos que, apesar de sua estranheza como subcategoria gramatical, os nomes próprios são necessários à construção ou à performance de nossas identidades ou *personas*, dos personagens que desempenhamos em nossas próprias narrativas ou naquelas criadas por outras pessoas. Em segundo lugar, nomes próprios podem recalcar frustrações, vergonhas, derrotas, desejos de vingança. E, por outro lado, são capazes de suscitar, alimentar ou projetar formas de resistência política e prestar-se à elaboração de traumas psíquicos. Essa ambivalência se manifesta no nome próprio Adua.

Ao menos em parte, essa capacidade advém do caráter palimpséstico desse nome – o gesto de batismo preside a um apagamento seguido de uma reinscrição–, que também manifesta um caráter pirilâmpico, no sentido proposto por Didi-Huberman (2011): brilha com a intermitência e a intensidade da luz de um vagalume, tanto mais visível quanto mais escura se fizer a “noite” que a circunda.

## REFERÊNCIAS

ADEJUMOBI, S. A. **The history of Ethiopia**. Westport: Greenwood Press, 2007. (The Greenwood histories of the modern nations).

AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha: homo sacer III. São Paulo: Boitempo, 2008.

AKPAN, M.B. Liberia and Ethiopia, 1880-1914: the survival of two African states. *In*: BOAHEN, A.A. (ed.). **General history of Africa**: VII: Africa under colonial domination 1880-1935. California: Heinemann Educational Books, UNESCO, 1985.

BATISTA, H. R. **Uai**: estudo de uma interjeição do português brasileiro. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. *In*: BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2011.

BERTONHA, F. H. de C. Substantivos brasileiros e italianos sob um olhar sinonímico. **Mosaico**, São José do Rio Preto, v. 16, n. 1, p. 661-695, 2017.

BONI, T. Corps blessés, corps retrouvés? Les discours sur les mutilations sexuelles féminines. **Diogène**, n. 225, p. 15-32, 1. sem. 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-15.htm#>. Acesso em: 09 abr. 2020.

CALCHI NOVATI, G. La controversia sull'Eritrea: popolo, nazione, stato. *In: Il mondo visto dall'Italia*. Milano: Guerini e Associati, 2004. p. 122-147. Disponível em: [http://www.sissco.it/download/publicazioni/calchi\\_novati.pdf](http://www.sissco.it/download/publicazioni/calchi_novati.pdf). Acesso em: 09 abr. 2020.

CARDOZO, Maurício M. O significado da diferença: a dimensão crítica da noção de projeto de tradução literária. **Tradução e Comunicação**, Valinhos, n. 18, p. 101-117, 2009.

CAPONETTO, R.G. Blaxploitation Italian Style: Exhuming and consuming the colonial Black Venus in 1970s cinema in Italy. *In: LOMBARDI-DIOP, Cristina; ROMEO, Caterina (ed.). Post-colonial Italy: challenging national homogeneity*. New York: Palgrave Mcmillan, 2012.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DE MICHELE, G. La storia dell'Africa e del colonialismo nei manuali di storia in uso nelle scuole superiore. **I Sentieri della Ricerca**, Novara, n. 3, p. 131-168, 2006.

DEL BOCA, A. Il colonialismo italiano: tra miti, rimozioni, negazioni e inadempienze. **Italia Contemporanea**, Milano, n. 212, p. 589-603, set. 1998.

DEL BOCA, A. **I gas di Mussolini**. Il fascismo e la guerra d'Etiopia. Roma: Riuniti, 2007.

DERRIDA, J. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DERRIDA, J. **La carte postale: de Socrate à Freud et au delà**. Paris: Flammarion, 2004.

DIDI-HUBERMANN, G. **A sobrevivência dos vagalumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DURAS, Marguerite. **Hiroshima mon amour**. Paris: Gallimard, 1960.

DURAS, Marguerite. **La vie matérielle**. Paris: P.O.L., 1987.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

GAAKEER, J. "Sui cuique persona?" A note on the fiction of legal personhood and a reflection on interdisciplinary consequences. **Law & Literature**, New York, v. 28, n. 3, p. 287-317, 2016.

GENETTE, G. **Palimpsestes**: la littérature au second degré. Paris: Seuil, 1981.

GENETTE, G. **Palimpsestos**: a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010. p. 5.

GOMES, Daniel de Oliveira. Da questão mítica do nome próprio. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 137-152, jan./jun. 2013.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEONI, G.; TAPP, A. Pagine perse: Il colonialismo nei manuali di storia dal dopoguerra a oggi. **Zapruder**: Storie in movimento, Bologna, n. 23, p. 154-167, 2010.

LEVI, P. **Se è questo un uomo**. Torino: Einaudi, 1989.

LOMBARDI-DIOP, C. Postracial/Postcolonial Italy. In: LOMBARDI-DIOP, C.; ROMEO, C. (ed). **Post-colonial Italy**: challenging national homogeneity. New York: Palgrave Mcmillan, 2012.

LOMBARDI-DIOP, C.; ROMEO, C. Introduzione: Il postcoloniale italiano. Costruzione di un paradigma. In: **L'italia post-coloniale**. Milano: Mondadori Education, 2014.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Itália: migrantes e refugiados à margem da sociedade. **Notícias**, 09 fev. 2018. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/italia-migrantes-e-refugiados-margem-da-sociedade>. Acesso em: 1 fev. 2020.

MEHRETU, A.; MARCUS, H. G.; CRUMMEY, D. E. Ethiopia. Chicago: Encyclopaedia Britannica, c2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ethiopia>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MILKIAS, P. The Battle of Adwa: the historic victory of Ethiopia over European colonialism. In: MILKIAS, P.; METAFERIA, G. **The Battle of Adwa**: reflections on Ethiopia's historic victory against European colonialism. New York: Algora Publishing, 2005.

MILKIAS, P.; METAFERIA, G. Introduction. In: **The Battle of Adwa**: reflections on Ethiopia's historic victory against European colonialism. New York: Algora Publishing, 2005.

MILLER, J-A. La passe du parlêtre. **La Cause Freudienne**, Paris, n. 74, p. 113-123, 1. sem. 2010.

PANDOLFO, M. La Somalia coloniale: una storia ai margini della memoria italiana. **Diacronie - Studi di Storia Contemporanea**, Bologna, v. 14, n. 2, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/diacronie/272>. Acesso em 20 set. 2019.

PENNA, J. C. Mediação e inclusão. In: PENNA, J. C. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2013.

PROTÁSIO, L. F. Corta-me: ensaio sobre tradução. **Scientia Traductionis**, n. 16, p. 118-135, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2014n16p118/31983>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ROBERTSON, A. Contaminated Cosmopolis: the destabilized nation-state in Igiaba Scego's *Beyond Babylon*. **Princeton Undergraduate Research Journal**, Princeton, v. 1, n. 1, p. 5-64, Spring 2017. Disponível em: <https://ulti.in.net/04-33-06.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ROCHAT, G. **Il Colonialismo Italiano**. Torino: Loescher, 1974.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCEGO, I. **Adua**. São Paulo: Nós, 2018.

SCHADEN, G. Vocatives: a note on addressee-management. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, v. 16, n. 1, p. 176-185, 2010.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, A. As interjeições do português brasileiro e seus aspectos indexicais. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

TODOROV, T. **As estruturas narrativas**. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006.

UHLIG, S. et al. (ed.). British colonialism in the Horn of Africa. In: UHLIG, S. et al. (ed.). **Encyclopaedia Aethiopica**, v. 4. Wiesbaden: Harrassowitz, 2011.

VAXELAIRE, J-L.. Ontologie et dé-ontologie en linguistique : le cas des noms propres. **Texto!**, Joinville-le-Pont , v. 12, n. 2, avril 2007. Disponível em: [http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Vaxelaire\\_Ontologie.pdf](http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Vaxelaire_Ontologie.pdf). Acesso em: 09 abr. 2020.

VESTAL, T. M. Reflections on the Battle of Adwa and its significance for today. 2005. *In: MILKIAS, P.; METAFERIA, G. **The Battle of Adwa**: reflections on Ethiopia's historic victory against European colonialism. New York: Algora Publishing, 2005.*

VOLPATO, C. La violenza contro le donne nelle colonie italiane: prospettive psicosociali di analisi. **Deportate, esuli, profughe**, Venezia, n. 10, p. 110-131, 2009. Disponível em: <https://www.unive.it/media/allegato/dep/n10-2009/Ricerche/Volpato.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

ZEWDE, G-S. A glimpse of history : power, treachery, diplomacy and war in Ethiopia 1889-1906. **Ityopis**, Mek'ele, v. 4, p. S308-S325, 2016. Suppl. 2.

ZIMMERMANN, A. La littérature comme esthétique de l'insécurité. *In: **Max Frisch**: dossier Littératures 2. Zurich: Pro Helvetia/ Lausanne: Editions L'âge d'Homme, 1981.*